

REPRESENTAÇÕES DE JOSÉ GASPAR RODRÍGUEZ DE FRANCIA A PARTIR DO MANUAL DIDÁTICO

Osni Cesar da L. Leal¹

Clovis Antônio Brighenti²

RESUMO

O artigo se propõe a analisar as representações de José Gaspar Rodríguez de Francia nos “manuais didáticos” de história na rede de ensino do Paraguai. O trabalho objetiva analisar a construção da sua imagem pública através das narrativas históricas em torno da sua pessoa nos manuais didáticos oficiais de história distribuídos pelo Ministério da Educação - (MEC) do Paraguai e em manuais de escolas privadas, manuais dos anos de 2005, 2010, 2016, 2017. Este trabalho se caracteriza como pesquisa qualitativa, tendo como metodologia a ser aplicada a análises em manuais didáticos de história do Paraguai, livros do ensino fundamental e médio.

Palavras-chave: Representações; Manual Didático; José Gaspar Rodríguez de Francia; Paraguai.

RESUMEN

El artículo tiene como objetivo analizar las representaciones de José Gaspar Rodríguez de Francia en los "manuales didáticos" de la historia en el sistema escolar paraguayo. El trabajo tiene como objetivo analizar la construcción de su imagen pública a través de narraciones históricas a su alrededor en los libros de texto oficiales de historia distribuidos por el Ministerio de Educación - (MEC) de Paraguay y en los libros de texto de escuelas privadas, libros de texto de los años 2005, 2010, 2016, 2017. Este trabajo se caracteriza por la investigación cualitativa, teniendo como metodología ser aplicada a los análisis en libros didáticos de historia del Paraguay, libros de primaria y secundaria.

Palabras clave: Representaciones ; Manual didático; José Gaspar Rodríguez de Francia; Paraguay.

Introdução

1 Licenciado e Bacharel em História América Latina – Aluno do Curso Especialização em Ensino em História e América Latina pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA. E-mail – lealfoz@hotmail.com / osni.leal@aluno.unila.edu.br.

2 (Orientador) - Professor de História das Sociedades Indígenas e da América Latina na Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA. Doutor em História Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC (2012). Mestrado em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo - USP (2001). E-mail – clovisbrighenti@hotmail.com / Clovis.brighenti@unila.edu.br.

O papel da história como instrumento de análise é compreender os processos fundamentais de mudança que ocorrem ao longo do tempo e do espaço. O historiador é o investigador, aquele que dialoga com as fontes, que as problematiza, que as avalia.

Tanto o objeto como o problema levantado em um trabalho histórico e mesmo o historiador não são neutros nesse processo, são sujeitos de seus tempos carregados de significados e valores. Nesse sentido, Cardoso (2012), afirma que a consciência e a razão estão presentes tanto no sujeito como no objeto, deve-se ter atenção.

Nas ciências humanas e sociais, a consciência e a razão existem tanto no sujeito quanto no objeto, posto que nelas os seres humanos são tanto sujeito quanto objeto do conhecimento, o que torna a relação sujeito-objeto, bem como a objetividade do conhecimento científico, assuntos problemáticos. Esse ponto, antes invocado com frequência, enfraqueceu-se como critério de distinção ao descobrir-se que, também nas ciências naturais, o sujeito interage com o objeto que pesquisa e o modifica. (CARDOSO, 2012, p. 01).

Advertindo sobre a importância da história e o ofício do historiador e a sua relação com objeto a ser investigado, este trabalho tem como objetivo analisar as representações de José Gaspar Rodríguez de Francia a partir de “manuais didáticos” de história distribuídos pelo MEC do Paraguai e manuais de escolas privadas entre os anos de 2005, 2010, 2016, 2017.

Francia, que viveu entre 1776 e 1840, tornou-se um político destacado no período entre 1811 a 1840, seja pela importância de sua participação nos processos de independência, seja como governante do Paraguai no começo do século XIX.

Segundo Santos (2011, p. 28), que trata sobre as origens do conceito de representação, explica que, representação pode ter vários sentidos em português. Trata-se de uma palavra de origem latina, oriunda do vocábulo “repraesentare” que significa “tornar presente” ou “apresentar de novo”.

Ainda segundo Santos (2011, p.29), sobre o conceito de representação afirma que, a expansão da palavra “repraesentare” teria começado nos séculos XIII e XIV, quando se diz que o papa e os cardeais representam a pessoa de Cristo e dos apóstolos. Outro exemplo seria o dos juristas medievais que começaram a usar o termo para personificar a vida coletiva.

Para Chartier (2011, p. 16), o dicionário da língua francesa publicado por Furetière em 1690 identificava duas famílias de sentido, aparentemente contraditórias, da palavra “representação”.-

Um primeiro exemplo, “representação” significaria: imagem que remete à ideia e à memória os objetos ausentes, e que nos apresenta tais como são”.

Nesse primeiro exemplo segundo Charter (2011, p. 17), a representação nos permitiria vermos o “objeto ausente”, coisa, conceito ou pessoa, substituindo-o por uma “imagem” capaz de representá-lo adequadamente. Nesse sentido rRepresentar, seria fazer conhecer as coisas mediadamente pela “pintura de um objeto”, como os enigmas, os emblemas, as fábulas, as alegorias.

Segundo Chartier (2011, p. 17), rRepresentar, no sentido político e jurídico, é também “ocupar o lugar de alguém, ter em mãos sua autoridade”. ~~Para CHARTIER (2011, p.17),~~ Dali surgenasce a dupla definição dos representantes: “aquele que representa numa função pública, representa uma pessoa ausente que lá deveria estar”, e “aqueles que são chamados a uma sucessão estando no lugar da pessoa de quem têm o direito”.

O manual didático como ferramenta pedagógica é um instrumento carregado de objetivos onde o mesmo concentra em suas estruturas imagens, símbolos, personagens históricos, políticos, sociais.

A estrutura do manual didático presente no espaço escolar serve como meio de difusão na edificação do “imaginário nacional”, o qual contribui para a formação, manutenção e preservação de memórias históricas e identidades sociais nos espaços escolares.

Contudo, ressalta-se a importância do papel político existente nas escolas; e que uma escola não positivista deve empregar práticas críticas/reflexivas no seu currículo, na sua prática pedagógica e ensino aprendizagem dos alunos.

Que as interpretações referentes às estruturas narrativas cronológicas/lineares não sejam apenas focalizadas com ênfase em grandes heróis, personagens políticos, sociais, em processos factuais, mas que o processo de ensino aprendizagem seja de forma abrangente, crítico, reflexivo e problematizado.-

Para o autor Choppin (2004), os manuais didáticos escolares assumem, conjuntamente ou não, múltiplas funções, e que o estudo histórico aponta que os manuais didáticos exercem quatro funções essenciais variando consideravelmente

segundo o ambiente sociocultural, como: a época, a disciplina, os níveis de ensino, os métodos e as formas de utilização.

Choppin (2004), destaca que as quatro funções seriam uma função referencial, também chamada de curricular ou pragmática³; outra função seria instrumental⁴; uma função ideológica e cultural⁵, e uma função documental⁶.

Compreender como a influência de José Gaspar Rodríguez de Francia foi edificada ao longo do tempo e espaço de tempo e analisar a preservação da memória histórica na construção da identidade social no tempo presente a partir do manual didático é tarefa que nos propomos nesse artigo.

A partir das análises dos manuais didáticos relacionaremos com análises bibliográficas que tratam sobre o período do governo e sobre a pessoa de José Gaspar Rodríguez de Francia.

Buscaremos apresentar algumas narrativas históricas do período francista, relacionando-as com as narrativas contidas nos manuais didáticos as quais se aproximam e se estruturam cronologicamente, linear.

Nosso estudo coaduna-se com as novas perspectivas da história, como a ampliação das fontes e o papel da história na relação com as novas possibilidades de abordagens e perspectivas.

3 “O livro didático é então apenas a fiel tradução do programa [...] ele constitui o suporte privilegiado dos conteúdos educativos, o depositário dos conhecimentos, técnicas ou habilidades que um grupo social acredita que seja necessário transmitir às novas gerações. (CHOPPIN, 2004, “np”)

4 Ibidem - “O livro didático põe em prática métodos de aprendizagem, propõe exercícios ou atividades que, segundo o contexto, visam a facilitar a memorização dos conhecimentos, favorecer a aquisição de competências disciplinares ou transversais, a apropriação de habilidades, de métodos de análise ou de resolução de problemas, etc.”

5 Ibidem - “É a função mais antiga. A partir do século XIX, com a constituição dos estados nacionais e com o desenvolvimento, nesse contexto, dos principais sistemas educativos, o livro didático se afirmou como um dos vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes. Instrumento privilegiado de construção de identidade, geralmente ele é reconhecido, assim como a moeda e a bandeira, como um símbolo da soberania nacional e, nesse sentido, assume um importante papel político. Essa função, que tende a aculturar – e, em certos casos, a doutrinar – as jovens gerações, pode se exercer de maneira explícita, até mesmo sistemática e ostensiva, ou, ainda, de maneira dissimulada, sub-reptícia, implícita, mas não menos eficaz”.

6 Ibidem - “Acredita-se que o livro didático pode fornecer, sem que sua leitura seja dirigida, um conjunto de documentos, textuais ou icônicos, cuja observação ou confrontação podem vir a desenvolver o espírito crítico do aluno. Essa função surgiu muito recentemente na literatura escolar e não é universal: só é encontrada [] afirmação que pode ser feita com muitas reservas [] em ambientes pedagógicos que privilegiam a iniciativa pessoal da criança e visam a favorecer sua autonomia; supõe, também, um nível de formação elevado dos professores. (CHOPPIN, 2004, “np”)

Para Cardoso (2012, p.10), com o surgimento da revista *Annales*, ocorreu uma ruptura com a noção historicista tradicional de um tempo uniforme em progressão linear, em favor de temporalidades múltiplas.

Acontecimentos, pessoas, estruturas e processos do passado podem ser objetos de qualquer disciplina humana ou social e, às vezes, até mesmo de uma ciência natural. Tais elementos podem ser estudados historicamente porque pertencem ao passado, mas não é isso, porém, o que os torna históricos. Tornam-se históricos unicamente na medida em que forem representados como tema de um tipo especificamente histórico de escrita. (CARDOSO, 2012, p. 13).

Os manuais didáticos são distribuídos e direcionados para espaços escolares de acordo com as políticas educacionais de Estados Nacionais com respectivos interesses. Credo que o manual didático de história apresenta narrativas e feitos de determinados personagens do passado que ecoam para o presente.

Considera-se o manual didático de história como “instrumento” de propagação de narrativas nacionais, de heróis, mártires, os quais são edificados de acordo com determinada conjuntura política e social, de determinado grupo que se destaca ou alterna-se em espaços de poder governamental ao longo do tempo e espaço.

Fundamentação teórica: currículo, artefato

Os espaços de ensino-aprendizagem são pensados, projetados desde muito tempo e as instituições escolares não são neutras, mas sim as somas de diversos “artefatos” que se relacionam no campo do ensino e do conhecimento. Nesse sentido se destaca o currículo e o manual didático como “artefatos” que não são neutros, e de tempos em tempos se alteram, se transformam, se moldam, com suas respectivas funções e objetivos.

Em análise sobre currículo nas décadas de sessenta e setenta, Godson (1997); apresenta um cenário pelo qual o currículo está passando por reformulações. O autor defende que o currículo não é neutro e, dada a conjuntura, os interesses daqueles que estão no poder prevalecem em relação à estrutura do currículo.

Ainda segundo esse autor, é importante que a história do currículo nos ajude a ver o conhecimento escolar como um artefato social e histórico sujeito a mudanças e flutuações, e não como uma realidade fixa e atemporal. Assim, afirma que a história do currículo deve estar centrada em uma epistemologia social do conhecimento escolar, preocupada com os determinantes sociais e políticos do conhecimento educacionalmente organizado.

Uma história do currículo tem que ser uma história social do currículo, centrada numa epistemologia social do conhecimento escolar, preocupada com os determinantes sociais e políticos do conhecimento educacionalmente organizado. Uma história do currículo, enfim, não pode deixar de tentar descobrir quais conhecimentos, valores e habilidades eram considerados como verdadeiros e legítimos numa determinada época, assim como não pode deixar de tentar determinar de que forma essa validade e legitimidade foram estabelecidas. (SILVA Apud GOODSON, 1997, p. 3).

Considerando que o currículo é um “artefato” atuante tanto interno como externo aos espaços escolares, Nóvoa (apud GOODSON, 1997, p.10), diz que é preciso sublinhar a dimensão social, uma vez que o currículo está concebido para ter efeito sobre as pessoas, produzindo processos de seleção, de inclusão/exclusão e de legitimação de certos grupos e ideias.

Nesse sentido, entendendo que o currículo é um “artefato” e que o mesmo não é neutro, logo a escola como instituição onde se aplica o currículo na teoria e prática não é neutra, bem como escola também influencia na formação para o mundo do trabalho. Ao discutir a relação entre educação e o mundo do trabalho, Avila (2016-1018), afirma que:

Na educação formal, educadores e educandos vivem diretamente os resultados, geralmente conflituosos, da implantação de políticas educacionais formuladas de acordo com as novas demandas criadas pelas mudanças no mundo do trabalho. (AVILA 2016-1018, p. 1).

Em se tratando de escola, Apple (2006), afirma que as escolas têm uma história e estão conectadas, por meio de suas práticas diárias, as outras instituições poderosas de um modo que é frequentemente oculto e complexo.

Assevera também que o campo do currículo tem desempenhado um grande papel na história da relação entre a escola e a comunidade.

Nesse sentido, ocorre uma junção, onde a escola e; currículo não são neutros, logo o manual didático através de seus conteúdos, imagens, símbolos, narrativas históricas, também não é neutro. Apple (2006), assegura que o conhecimento que chegava no passado às escolas e que chega atualmente não é aleatório e sim selecionado.

Como tem sido dito repetidamente aqui, o conhecimento que chegava às escolas no passado e que chega hoje não é aleatório. É selecionado e organizado ao redor de um conjunto de princípios e valores que vem de algum lugar, que representam determinadas visões de normalidade e desvio, de bem e de mal, e da *“forma como as boas pessoas devem agir”*. Assim para entendermos porque o conhecimento pertencente a apenas determinados grupos tem sido representado em primeiro plano nas escolas, precisamos conhecer os interesses sociais que frequentemente guiaram a seleção do currículo e sua organização. (APPLE, 2006, p. 104).

Nota-se que Godson (1997) e Apple (2006); defendem que o currículo não é neutro, para entendê-lo; seria preciso entender quais os interesses de determinados grupos sociais que guiam a seleção e organização do currículo, que grupos se encontram no poder de um estado e em suas instituições tendo em vista seus interesses e objetivos quando se trata da educação.

Para Moreira (1997), o currículo constitui hoje alvo privilegiado da atenção de autoridades, políticos, professores e especialistas. O autor trata o currículo como um instrumento utilizado por diferentes sociedades, o que se aproxima de currículo tratado como “artefato”, direcionado a socialização dos conhecimentos historicamente acumulados.

O currículo constitui instrumento utilizado por diferentes sociedades tanto para desenvolver os processos de conservação, transformação e renovação dos conhecimentos historicamente acumulados como para socializar as crianças e os jovens segundo valores tidos como desejáveis. (MOREIRA, 1997, p.11).

De acordo com as observações sobre currículo, é fato que o manual didático faz parte do contexto curricular nos espaços escolares e ambos não são neutros, mesmo que para profissionais da área da educação o manual didático sirva como um facilitador no processo de ensino aprendizagem, o que torna o manual didático como uma “ferramenta” que se une a prática pedagógica. Para o historiador filósofo alemão Jörn Rüsen (1997), o livro didático vai além de ser um facilitador da prática pedagógica dos profissionais da educação.

Todos los expertos están de acuerdo en que el libro de texto es la herramienta más importante en la enseñanza de la historia. Por eso recibe una amplia atención incluso por parte de aquellos que se interesan por la enseñanza de la historia en la escuela y su significado para la cultura política. Para que el Ministerio de cultura conceda su aprobación a los libros de texto, se han puesto en marcha distintos procesos de inspección y autorización en los que se discute vivamente qué cualidades debe tener un libro de texto. (RUSEN, 1997, p. 79).

O ensino de história a partir do manual didático não deve ser considerado o único protagonista no processo de ensino-aprendizado de história, também existe um contexto carregado de significados que levam para uma proximidade ao longo do tempo e espaço, aproximando ou edificando os sujeitos históricos do passado e do tempo presente a interesses que se ligam à cultura política e que perpassa pela cultura escolar.

O que é interessante, afinal o homem como sujeito histórico do seu tempo ao mesmo tempo é político, suas relações sociais cotidianamente são relações que passam pela política.

Segundo Rüsen (1997), para poder analisar o manual didático de história no processo de ensino-aprendizagem, o mais importante seria ter, ou seguir critérios normativos de aprendizagem da história. Deste modo, a avaliação da consciência histórica dos alunos seria peça chave nesse processo:

La consciencia histórica es el mismo tiempo el ámbito y el objetivo del aprendizaje histórico. Se pueden describir sus operaciones mentales más importantes, y también se pueden tomar en consideración sus funciones en la vida práctica antes que todas las divergencias políticas que se pueden argumentar sobre el alcance y la dirección de su realización y, en este sentido, también se puede razonar con argumentos válidos y un amplio consenso lo que debería saber el alumnado para considerar que ha conseguido con éxito un aprendizaje histórico satisfactorio. En pocas palabras, la consciencia histórica se puede describir como la actividad mental de la memoria histórica, que tiene su representación en una interpretación de la experiencia del pasado encaminada a poder comprender las actuales condiciones de vida y a desarrollar perspectivas de futuro de la práctica vital conforme a la experiencia. (RUSEN, 1997, p. 81).

Para pensar sobre o processo de ensino e aprendizagem a partir do manual didático de história, se faz interessante primeiro levar em consideração como peça chave do processo a consciência histórica dos alunos, ou seja, aquele conhecimento, experiências e vivências acumuladas como sujeitos históricos.

Rüsen (1997), considera a consciência histórica como a atividade mental da memória histórica, que tem sua representação em uma interpretação das experiências passada, com o objetivo de entender as condições de vida atuais e desenvolver perspectivas futuras da prática vital de acordo com a experiência.

Nesse sentido entende-se que a estrutura do manual didático, suas imagens, narrativas históricas, tempos, cronologia, personagens, heróis, mitos, símbolos, tem função não apenas de despertar o conhecimento como de ativar a consciência histórica e também preservar as memórias do passado, moldar e construir identidades desde tenra

idade do sujeito como aluno nos espaços escolares os quais os “ritos” se iniciam desde as séries primárias.

Assim, concorda-se que o manual didático pode ser pensado como um “artefato” ou uma “ferramenta”, ou mesmo como parte do “currículo”, elaborado e direcionado para espaços escolares com propósito de facilitação da prática pedagógica no desenvolvimento de ensino aprendido.

No entanto, para além dessas categorias segundo Skinner (2000), que trata sobre arte, política e história, afirma que:

As obras de arte, literarias y filosóficas eran objetos intencionales, y en que comprender-los significaba comprender los propósitos que sus autores habían tenido al producirlos, lo que volvía a la tarea del historiador del arte o de las ideas una tarea hermenéutica de primer orden. (SKINNER, 2000, p.11).

Nas palavras de Skinner (2000), é possível entender o manual didático como uma obra literária, composto por narrativas históricas, imagens, símbolos, carregados de intencionalidades as quais são confeccionadas para educação.

Contudo, o autor interpreta que os manuais didáticos correspondem também ao ofício do historiador, buscando compreender o próprio contexto em que um manual foi escrito e confeccionado.

É preciso levar em consideração que um manual didático elaborado e aprovado a pedido de um Estado Nacional específico ou por uma Instituição de Ensino específica, seja pública ou privada remete também aos interesses daqueles que representam esse Estado ou Instituição, o poder político do grupo específico que lidera o governo de uma Nação ou de um grupo privado a frente de uma instituição de ensino. Nesse sentido, pode-se questionar os interesses em um modelo de manual didático específico?

Representações de José Gaspar Rodriguez de Francia segundo a historiografia paraguaia

Para compreender as representações de José Gaspar Rodriguez de Francia no tempo presente nos manuais didáticos, deve-se recorrer ao período histórico e político do Paraguai do século XIX, onde o processo de independência do país se inicia em 1811.

Nessa linha de abordagem, destaca-se o “Compendio de História Paraguaya” do autor ~~Julio~~ Júlio César Chaves (2010), exemplo de narrativa histórica cronologicamente linear, modelo frequentemente observado em trabalhos historiográficos no caso do Paraguai e que se observa nos manuais didáticos.

A pessoa de Francia aparece principalmente a partir dos eventos relacionados com a busca pela independência tanto da coroa espanhola quanto uma não subordinação a Buenos Aires.

Na política, Francia aparece desde a formação do governo provisório. Segundo Chaves (2010, p.120), “el 16 de mayo se constituyó el gobierno provisorio, el Cuartel designó como diputados adjuntos para que gobernasen con Velasco al Dr. Francia y al capitán Juan Beleriano de Zevallos, español partidario de los patriotas”.

O Paraguai se aclamaria um país independente a partir de 1811, no primeiro Congresso realizado 17 de junho do mesmo ano. Com a queda de Velasco, que anteriormente era governador da província, e a necessidade de organizar nova liderança, optou-se pela formação de uma Junta Superior Governativa para administração do governo, com Francia presente.

Como representantes do governo foram empossados então como presidente, o Tenente Coronel Fulgêncio Yegros, como vocales⁷, José Gaspar Rodríguez de Francia, o Capitão Pedro Juan Caballeiro, o presbítero Francisco Xavier Bogarín e Fernando de La Mora. Assim narra Chaves (2010) a formação dessa junta:

Reiniciada la sesión al día siguiente el representante del partido de los patriotas, Mariano Antonia Molas propuso: 1) que Velasco por los motivos expuestos en el bando del 9 de junio y por haber abandonado el ejército en Paraguari, quede privado de todo mando, subrogándose en su lugar una junta compuesta como presidente por el coronel Fulgencio Yegros, y como vocales el Dr. José Gaspar Rodriguez de Francia, el capitán Pedro Juan Cavallero, el presbítero Francisco Xavier Bogarín y don Fernando de la Mora. (CHAVES, 2010, p. 121-122).

Ainda sobre a pessoa de Francia, Chaves, (2010, p.122), aponta ser “la primera figura civil de la época, con bien cimentada fama por su talento, su preparación y su honradez”. Essa narrativa é vista frequentemente em trabalhos históricos dando ênfase a Francia como aquela pessoa que seria a melhor preparada, capacitada para estar presente fazendo parte do Governo.

7 Vocales: pessoa que tem voz em uma junta ou conselho.

Isso se dá possivelmente pela sua formação acadêmica, pois havia estudado e se formado em Teologia na Universidade de Córdoba em Tucuman, Argentina. Conhecedor de Rousseau, admirava Voltaire, atuava na área do direito e era conhecedor da administração dos Cabildos⁸. Além disso, também era visto como bom orador e político.

Um fato que denota sobre sua importância no meio político e no governo ocorre quando da sua ausência ocasionado por não concordar com algumas posturas e atitudes dos companheiros da junta governativa. Francia se desloca para sua casa localizada nas redondezas de Assunção, e seus companheiros acabam pedindo para que volte a fazer parte do governo. Chaves (2010); assim destaca:

Estaba ganando impulso en todo el país y el movimiento pro-ternero para el gobierno del Dr. Francia. No vivía en el Consejo capaz de reemplazarlo. [...] Dra. Francia de Ibiráí en el cese de su campaña de autopromoción y en el descrédito de sus antiguos camaradas en el mundo, sin querer exaltar a los pobres del pueblo. También fue decisivo en la crisis debido a la falta de ambición de Fulgencio Yegros y Pedro Juan Cavallero. Ambos preguntaron al ausente. (CHAVES, 2010, p.126).

Segundo Chaves (2010), Francia tinha conhecimento e sabia da importância tanto da preservação da independência como da administração do país. Observava que seus companheiros, em questões pertinentes ao governo, tomavam decisões equivocadas e não sabiam de fato governar, pois estes entendiam mais das questões militares do que das burocracias e medidas que deveriam ser tomadas para o bem da administração do país.

Tudo isso somado à falta de ambição pelo poder de seus companheiros Fulgêncio Yegros e Pedro Juan Cavallero, que não imaginavam o que o futuro destinava para ambos quando Francia se consolidasse sozinho no poder como ditador perpétuo da república.

O político Francia tinha conhecimento do governo e era bom estrategista, na sua volta como membro da junta no governo, uma de suas reivindicações foi a criação de um segundo batalhão de infantaria que ficasse subordinado a sua pessoa a suas ordens sendo o mesmo o próprio comandante.

8 “Cabildo tanto quiere decir en latín como ayuntamiento de hombres dicen las Partidas, y ciertamente es el cuerpo colegiado que delibera sobre los intereses de las comunidades, distribuye justicia al vecindario y ejerce el gobierno del municipio.” J. Natalicio González apud Frutos, (2009, p. 10).

Sabia que tinha que contrabalancear as forças com seus companheiros que eram militares e agiam com medidas austeras e desproporcionais contra a população, Francia não concordava com tais atitudes. Assim registra Chaves (2010).

Mas no volvió solo e indefenso, sujeto al capricho de los oficiales del cuartel. Por disposición expresa se creó un segundo batallón de infantería, del cual será comandante “el mencionado vocal-decano Doctor Francia...” Él correrá con su arreglo, disciplina y régimen, y sin su consentimiento no se podrá disponer, dar destino, ni disolver el batallón. Reciba también “la mitad de las municiones existentes en los parques o almacenes (Chaves, 2010, p.126).

Um dos primeiros integrantes a ser afastado politicamente da junta governativa foi Fernando de La Mora em meados de 1813, teria sido acusado por Francia de perder um documento contendo o artigo adicional do tratado de 12 de outubro e de levar uma conduta pouco digna na vida privada.

Como integrante do governo, Francia tem força política a ponto de influenciar a saída da junta governativa de Fernando de La Mora, o qual era visto como um rival, sendo afastado ficaria livre no governo. Chaves (2010), afirma que mesmo com o documento extraviado encontrado em seguida, a saída de Fernando de La Mora do governo foi efetivada.

A mediados de 1813 fue separado de su cargo de vocal de la Junta, Fernando de La Mora. El doctor Francia le acusó de la pérdida del documento con el artículo adicional al tratado del 12 de octubre y de llevar una conducta poco digna en la vida privada. Aunque el documento extraviado fue encontrado más tarde, la separación se hizo efectiva. Francia quedó entonces libre de todo rival en el gobierno. (CHAVES, 2010, p. 127).

Após um período de governo houve a dissolução da junta governativa e outro modelo denominado de Consulado foi estabelecido com Francia e Yegros como representantes apenas, onde a cada quatro meses se alternariam aquele que ficaria à frente do governo.

Cada qual teria um batalhão do exército que ficaria subordinado a sua pessoa, como Yegros que era militar já estava com batalhão formado, Francia formaria o seu, escalando sobre seu mando aqueles que fariam parte desse batalhão, armas e munições seriam divididas entre ambos os lados.

Segundo o artigo terceiro resumia todo fundamento desse novo governo, “conservación, seguridad y defensa de la República con toda la vigilancia, esmero y actividad que exigen las presentes circunstancias”. (CHAVES, 2010, p. 130).

Em certo sentido, observa que a existência de dois batalhões subordinados aos Consules, Yegros e Francia, seria a forma mais sensata de balancear as forças em caso

de desavenças no governo, do mesmo modo nota-se que Francia tinha consciência da importância que era ter um exército subordinado ao seu mando para o bom andamento tanto administrativamente, como para defesa da Independência da República que era recente e como na preservação das fronteiras, ou casos de insurgências.

Ambos Cónsules quedaban investidos de la comandancia general de armas que debían ejercer unida y solidariamente, El efectivo del ejército, así como el armamento mayor y menor, municiones de toda especie, tenían que distribuir-se por mitades. Cada Cónsul tendría su batallón de infantería y sus compañías de artillería y un parque o almacén de guerra. Yegros se hacía cargo del batallón existente y Francia quedaba autorizado para levantar sin demora el suyo. A los dos se les confirió la graduación y honores de brigadieres del ejército y el mismo congreso otorgó los despachos respectivos. (CHAVES, 2010, p. 130).

Após as alternâncias entre Francia e Yegros à frente da administração do governo, Yegros se retira em meados de fevereiro de 1814 e pede a Francia que fique à frente da presidência, enquanto Yegros cuidaria daquilo pertinente ao exército pois era essa sua especialidade, e claro demonstrava gostar de aproveitar as coisas comuns da vida como festas, bebedeiras.

Com as relações de comércio interrompidas na Região do Prata no período, Yegros defendia uma aproximação com o Brasil a qual Francia era contrário, Francia tinha um projeto de isolamento chegando a afirmar que “en el Brasil abundaba todo lo que produce en Paraguay y no precisaba de ello”⁹.

Observa-se, ambiente vantajoso para Francia, pois Yegros como era militar, sobre a parte burocrática de administração e política soava caro participar optando por deixar Francia mais à vontade, o qual aproveita para desempenhar com uma intensa atividade administrativa e política, enquanto seu companheiro participava de constantes festas. Assim narra Chaves (2010), sobre o período.

El 15 de junio entró el Dr. Francia a ejercer el último turno, desempeñando una intensa actividad administrativa y política, mientras su compañero asistía a constantes fiestas. Al aproximarse la fecha del nuevo congreso comenzó una campaña política preparando “un cambio de sistema gubernativo con un solo magistrado que rigiese los destinos de la República”. [...] Su intensa y bien dirigida propaganda había encarnado en el alma nacional la idea de que era él, el sostenedor de la independencia y el salvador de la patria. (CHAVES, 2010, p. 132).

Para Chaves (2010), a pessoa de Francia seria aquela politicamente mais apta entre os pares para se afirmar no poder do governo. Nota-se o exemplo de Yegros, um militar com pouco interesse pela parte burocrática e política da administração, sem falar

9 CHAVES (2010, p. 132).

no modo como vivia festejando, enquanto Francia é apresentado como aquele mais consciente da conjuntura que a jovem República atravessava, almejando também aplicar um sistema de governo onde apenas um magistrado administra-se o país.

Outro aspecto que se observa no discurso de Francia é a auto aclamação durante as propagandas políticas que fazia para a população e seus pares que o apoiavam como sendo aquele que sustentaria a independência como “salvador da pátria”, discurso nacionalista em certo sentido que levará a apontá-lo e consagrá-lo futuramente como o pai da pátria paraguaia.

Com o apoio de deputados na nova assembleia em 14 outubro, observava-se dois tipos de discurso, um direcionado para Fulgencio Yegros “como buen militar” e outro para o Consul civil Francia, como aquele salvador da independência e bom administrador, vindo o seu nome a ser eleito em assembleia como ditador da primeira Republica do Sul.

Volvió a usar la palabra Molas reconociendo los méritos de Fulgencio Yegros “como buen militar”, más destaco los del Cónsul civil como salvador de la independencia y buen administrador. Agregó que por ello votaría por su dictadura e invitó a todo “buen paraguayo” a hacer lo mismo. Un diputado por la capital pidió la palabra para refutarle, pero otro de la campaña gritó: “Hay que dejarse de tantos discursos y proceder a votarlo a Carái Francia”. Esta interrupción fue aplaudida. Cerró el debate el representante de Concepción José Miguel Ibáñez pidiendo que Francia fuese elegido dictador de la primera República del Sur. Efectuada la votación su nombre fue consagrado por mayoría apreciable. (CHAVES, 2010, p. 133).

Francia teria sido eleito a princípio como ditador Temporal, e antes de finalizar a ditadura temporal previsto para o ano de 1817, em primeiro de junho de 1815, o Congresso se reuniu na Catedral de Assunção para votação de novos mandatos, com participação contando com apenas 150 deputados.

Os Congressos ocorriam entre um a dois anos onde os deputados votavam para eleger seus representantes e decidiam também a forma ou tipo de Governo a se implementar no Paraguai.

Em Congresso anteriores chegaram a participar entre 300 a 1.000 mil, deputados, nesse sentido observa-se que o espírito democrático na política estaria se alternando pela pouca participação dos deputados. Mesmo com alguma oposição o Congresso resolveu estabelecer elegendo Francia como ditador perpétuo da República, assim narra Chaves (2010).

Conforme con lo prescripto por el reglamento de 1813 se reunió el Congreso el 30 de mayo. El período de la dictadura temporal finalizaba em 1817 pero

el doctor Francia marchó sin demora al gobierno absoluto y perpetuo. [...] El Congreso resolvió: establecer al Dr. Francia como dictador perpetuo de la Republica “con calidad de ser sin ejemplar”. El Congreso se reuniría en adelante “cada vez y cuando el Dictador lo halle necesario”. (CHAVEZ, 2010, p. 136).

Após se afirmar no poder como ditador perpétuo a partir de 1816, Francia sofre uma tentativa de conspiração em 1820, fato que talvez tenha ajudado a fomentar também uma visão negativa de sua imagem.

Francia por vezes é visto como um político tirano, cruel, sanguinário, caracterizando seu período de governo como “reino de terror”. Essa conspiração fora descoberta quando um dos conspiradores que havia sido aliciado a participar, em busca de se confessar, vai ao encontro de um clérigo em Assunção e o mesmo lhe orienta a delatar o plano da conspiração.

Ao saber da pretensa conspiração Francia toma atitudes rigorosas, severas, manda prender os envolvidos, ao todo mais de cem pessoas são presas, entre os envolvidos se encontrava o Tenente Coronel Fulgencio Yegros, o qual seria fuzilado posteriormente a mando de Francia e também o Capitão Pedro Juan Caballeiro que seria preso e tiraria a própria vida dentro da prisão, ambos participaram do governo ao lado de Francia, eram próceres da independência, porém não foram poupados.

Francia é visto de diversas maneiras, ora mocinho, as vezes cruel, difícil de ser explicado, porém ainda na atualidade o fenômeno Francia continua sendo um caso ímpar, singular, único na América do Sul.

Segundo Carreras (1992), explica que a interpretação tradicional sobre a origem do termo “reino de terror”, dirigida ao período de governo de Francia, teria sido pronunciado pelos irmãos Robertson, europeus que teriam vivido por um período no Paraguai do século XIX.

La interpretación tradicional, y sin duda la más conocida, ve en el Dr. Francia a un tirano sangrento que mantuvo a su país aislado y sometido a un régimen despótico calificado como “Reino del Terror”, expresión, acuñada por los Hermanos Robertson (1839), en la primera mitad del siglo XIX. (CARRERAS, 1992, p. 17).

Para Carreras (1992), existe um esforço feito pelos historiadores do século XX para tentar explicar o fenômeno Francia com várias abordagens e perspectivas buscando dar sentido. Carreras (1992), apresenta que o trabalho de Günter Kahle (1962), em sua tese, aborda Francia como aquele que teve um papel preponderante no processo de formação da consciência nacional paraguaia.

Já para o autor, Richard White (1978), Francia teria implantado um projeto revolucionário autônomo e popular, enquanto que para Júlio Cesar Chaves (1964), este autor faz um esforço a partir de diversas análises documentais em busca de manter determinada imparcialidade no seu trabalho, mas com estilo positivista não consegue esconder simpatia pela aristocracia assuncena.

Entre outros autores historiadores e sociólogos destaca-se Edward Lucas White (1996), que fez de Francia protagonista de uma novela editada nos Estados Unidos.

O autor poeta Pablo Neruda (1970), dedicou um poema que o situa como um dos traidores e executores da América Latina.

Já o autor Augusto Roa Basto (1974), o daria fama universal com sua novela denominada de “Yo el Supremo”, surgindo com esta obra discussões entre os críticos literários, até que ponto poderia ser atribuído um caráter de ditador ou não ao protagonista.

Segundo Carreras (1992), a visão negativa sobre Francia aparece muito por causa dos seus rivais que fez em sua trajetória de vida tanto no Paraguai como em Buenos Aires a época, principalmente a obra de Mariano Molas (1868), Bartolomé Mitre (1858), e a obra de Domingos F. Sarmiento (1977).

Para Carreras (1992), foram os autores do século XX como Cecilio Báez (1910) e Efraím Cardozo (1949), que abriram caminho para uma nova interpretação de um Paraguai isolado por Francia diante da conjuntura que se encontrava o país na região.

Já o autor Juan P. Benitez (1937), tratou de buscar as bases sócio-políticas que fizeram possível a sustentação da ditadura.

Para John H. Williams (1979), Francia buscava construir uma sociedade igualitária, destaca a destruição econômica, política e social da elite, a manutenção da segurança nacional em relação as ameaças exteriores como de indígenas, diversidade na produção e sobretudo a própria criação de uma nação.

Segundo Carreras (1992), na interpretação dos autores Dieter Senghaas (1977) e Frieder Schmelz (1981), concordam que Francia manteve um modelo de desenvolvimento autocentrado, chegando à conclusão que este teria sido o único caso aplicado na história da América Latina.

Destaque para uma reforma agrária de caráter radical, diversidade na produção promovida pelo governo por motivo de seu isolamento, controle estatal do comércio exterior e da economia em geral voltada aos interesses da população.

Representações de José Gaspar Rodríguez de Francia nos manuais didáticos de história do Paraguai

As narrativas históricas contidas nos manuais didáticos estão estruturadas cronologicamente/lineares e apresentam a pessoa de José Gaspar Rodríguez de Francia como um dos próceres da independência, onde Francia vai se afirmando lentamente no poder. Com destaque para aquele que representaria o nacionalismo paraguaio, que o direciona como o pai da pátria paraguaia.

Em análise ao manual didático de história e geografia da 8º série confeccionado no ano de (2005), fornecido pelo MEC, nota-se que o mesmo reproduz esse tipo de narrativa partindo de 1811, quando o estado paraguaio passaria por um breve governo provisório, com a instituição de uma Junta Superior Governativa.

Posteriormente, outro período de governo o qual foi denominado de Consulado e finalmente um governo denominado Republicano Ditatorial ou Ditadura Temporal e por último Ditadura Perpétua.

O nome de Francia é destacado com maior proeminência a partir do governo provisório em 1811, com destaque para algumas de suas ações como a destituição de Fernando de La Mora do governo, sua ênfase na elaboração do primeiro documento do Paraguai Independente denominado de “El Reglamento de Gobierno de 1813” (MOREIRA, ROMERO, DÁVALOS, 2005, p. 124).

Documento inspirado pelo próprio Francia, o qual proclamava o fim da Junta Superior Governativa e anunciava uma nova forma de governo, ou seja, agora como Cônsules da primeira República da América do Sul, segundo os moldes da antiga república romana e posteriormente no terceiro Congresso, Francia mencionava a ditadura e um governo unitário como forma de defender a república quando a mesma estivesse em perigos tanto internos como externos.

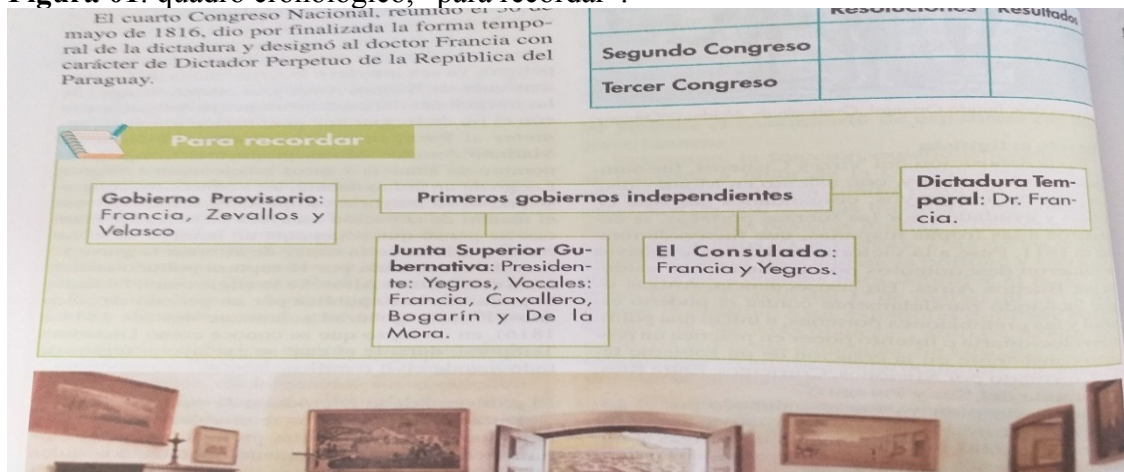
Observa-se que o manual apresenta em suas narrativas a presença do nome de Francia de forma cronológica durante todos os períodos e formas de governo a partir da independência incidindo pelo Governo Provisório, Junta Superior Governativa, o Consulado até Ditadura Temporal.

Apresenta Francia como aquela pessoa que parece ser o mais apto a representar o governo paraguaio. Observação destacada acima, possivelmente considerada pela formação de Francia onde o mesmo estudou em Córdoba, atuava como advogado e conhecia das questões ligadas ao “Cabildo”.

“El 3 de octubre de 1814 abrió sus sesiones el tercer Congreso presidido por el doctor Francia, quien aconsejó el gobierno unipersonal para la mejor defensa de la república”. [...] “*Se pensó que solamente un hombre de su carácter y talento sería capaz de afrontar la grave situación ocasionada por la ruptura político-económica con Buenos Aires*”. (MOREIRA, ROMERO, DÁVALOS, 2005, p. 125).

O manual didático apresenta em sua estrutura um “mapa mental” direcionado para facilitação da didática do professor e assimilação do aluno e assim poder recordar os períodos de governo em que Francia se encontra em todas as fases de governo, sempre estruturado cronologicamente, linear.

Figura 01: quadro cronológico, “para recordar”.



Fonte: MOREIRA, ROMERO, DÁVALOS, 2005, p. 126.

A estrutura do quadro cronológico acima, contida no manual serve de suporte ao professor na facilitação da prática pedagógica e didática no contexto do ensino aprendido bem como voltado para certa facilitação da assimilação e, ou memorização do aluno.

Imagem 2. La Junta Superior Gubernativa: General Fulgencio Yegros, Capitán Pedro Juan Cavallero, Dr. José Gaspar Rodríguez de Francia.



Fonte: MOREIRA, ROMERO, DÁVALOS, 2005, p. 119

Normalmente encontra-se presentes muitas imagens em manuais didáticos principalmente as figuras ilustres de próceres de independência. Na imagem acima, observa-se os três próceres da independência que mais se destacam no manual da 8ª série de (2005), Yegros, Cavallero e Francia.

Na imagem de número dois, Francia aparece com cabelos pretos, semblante de homem formado, ainda jovial, diferente de outros períodos, dependendo da fase de governo sua imagem é representada de uma maneira, as vezes mais jovem com cabelo preto, as vezes mais velho com cabelo branco.

O manual de história e geografia do 2º ano do ensino médio, produzido em 2017 e distribuído pelo MEC, apresenta uma narrativa mais abrangente sobre os períodos de governos e políticas direcionadas sobre várias questões. Além disso, contém um número maior de imagens que retratam os próceres da independência. A estrutura não é diferente daquela presente no primeiro manual. O encadeamento da narrativa atribui destaque para as imagens de Francia e sua jornada no governo.

Logo no início da unidade no capítulo 8, a imagem de Francia é destacada, apresentando tanto para o professor como o aluno que o tema a ser tratado nesse capítulo será o governo de José Gaspar Rodríguez de Francia. Como é início do capítulo, as narrativas começam com os primeiros eventos destacando sobre os primeiros governos independentes.

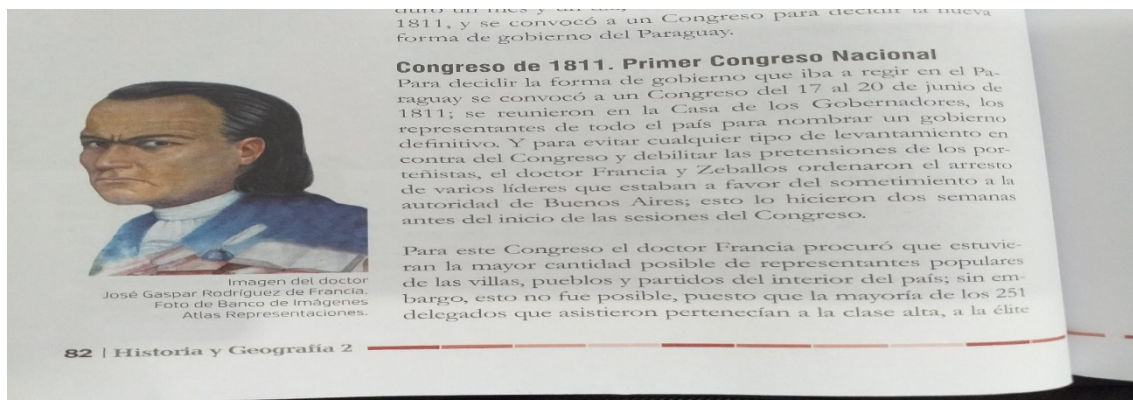
Imagem 3. Governo de doutor José Gaspar Rodriguez de Francia



Fonte: Ilustración del Banco de Imágenes Atlas Representaciones. (Equipo Editorial, História y Geografía Segundo Curso. – Equipo Editorial. – Asunción: Editorial Atlas, 2017, p. 80.)

A imagem acima de número três apresenta Francia acompanhado por dois militares andando pelas ruas, como na outra imagem é uma representação de um Francia jovem, de cabelos pretos associado ao começo da vida política, o título deixa claro que será tratado neste capítulo sobre o governo de Francia.

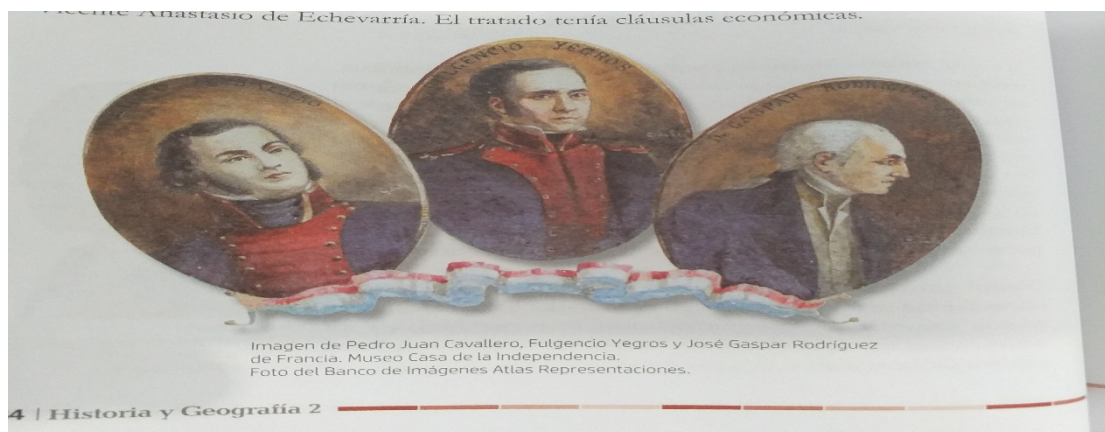
➤ **Imagem - 4 - José Gaspar Rodríguez de Francia.**



Fonte: Foto de Banco de imágenes Atlas Representacione. (Ibid 2017, p. 82.)

Como exposto acima na figura 4, Francia aparece com o semblante sério, franzido e de cabelos pretos, ao lado enunciado de um tema, “Congreso de 1811. Primer Congreso Nacional”, um dos eventos logo no início da trajetória política de Francia.

➤ **Figura - 5 - Imagem de Pedro Juan Cavallero, Fulgencio Yegros e José Gaspar Rodriguez de Francia. Museu Casa da Independência.**



Fonte: Museo Casa de la Independencia. Foto del Banco de Imágenes Atlas Representaciones (Equipo Editorial, História Y Geografía. Segundo Curso. – Equipo Editorial. – Asunción: Editorial Atlas, 2017, p. 84)

A imagem acima, de número cinco, apresenta os três próceres que mais se destacam no manual didático, entre eles Francia aparece muito mais nas narrativas historiográficas como também a sua imagem. Na imagem acima o primeiro a esquerda é Pedro Juan Cavallero, no meio Fulgencio Yegros e na direita Francia, porém retratado agora de cabelos brancos, aparentando um Francia mais maduro.

➤ **Imagem – 6 - Imagem de Francia Panteão Nacional dos Heróis.**

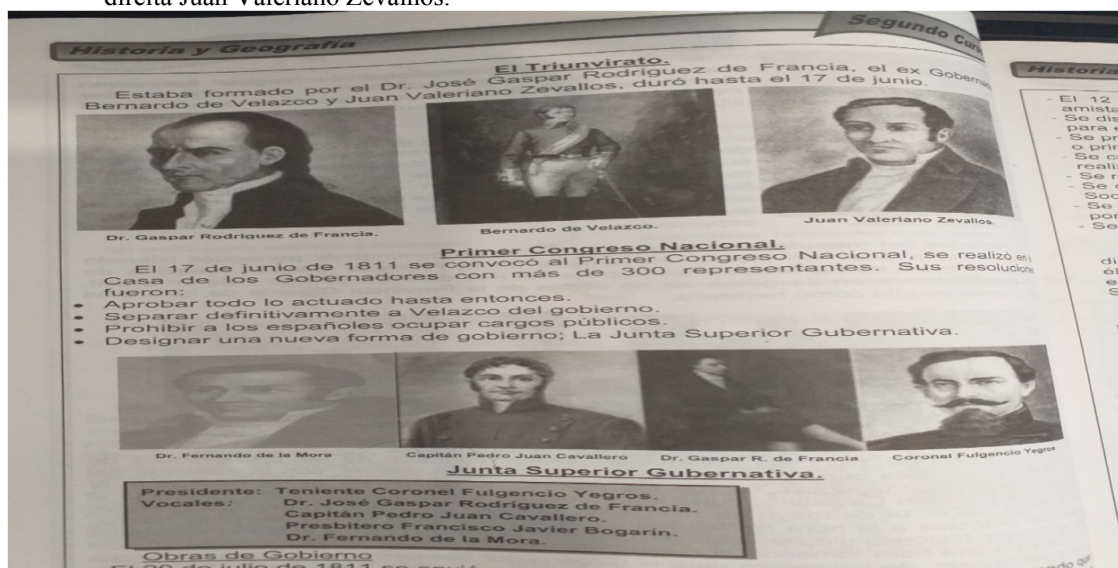


Fonte: Foto de Banco de imágenes Atlas Representaciones (Ibid, 2017, p.92.)

A imagem acima (figura 6) Francia, se encontra no Panteão Nacional dos Heróis, espaço que começou a ser construído como templo católico no século XIX desde o período de Solano Lopez, tendo sido terminado somente no século XX, onde hoje se encontra-se também os restos mortais de Carlos Antônio Lopez e Solano Lopez, espaço de preservação das memórias de culto ao heróis da pátria.

No manual de história e geografia do ensino médio do 2º ano de escola privada confeccionado no ano de (2016) nota-se que a estrutura não muda muito, da mesma forma concentra as narrativas cronológicas, linear, com uso de imagens e textos associado as atividades em sequência.

- **Imagem – 7** - No primeiro quadro de imagens abaixo (07), retrata o período denominado de Triunvirato, caracterizado como um governo provisório logo no início, formado por Dr Francia de cabelos escuro na imagem à direita, no meio o ex-governador Bernardo de Velazco, e a direita Juan Valeriano Zevallos.



Fonte: IBÁNEZ, 2016. p. 40.

O segundo quadro de imagens na mesma página acima, está relacionado com a formação do quadro político que ocorreu a partir do Primeiro Congresso Nacional em 17 de junho de 1811, nesse Congresso foi estabelecido algumas mudanças como a saída definitiva do ex-governador Velazco do governo e a designação de uma nova forma de governo a qual ficou denominada de Junta Superior Governativa.

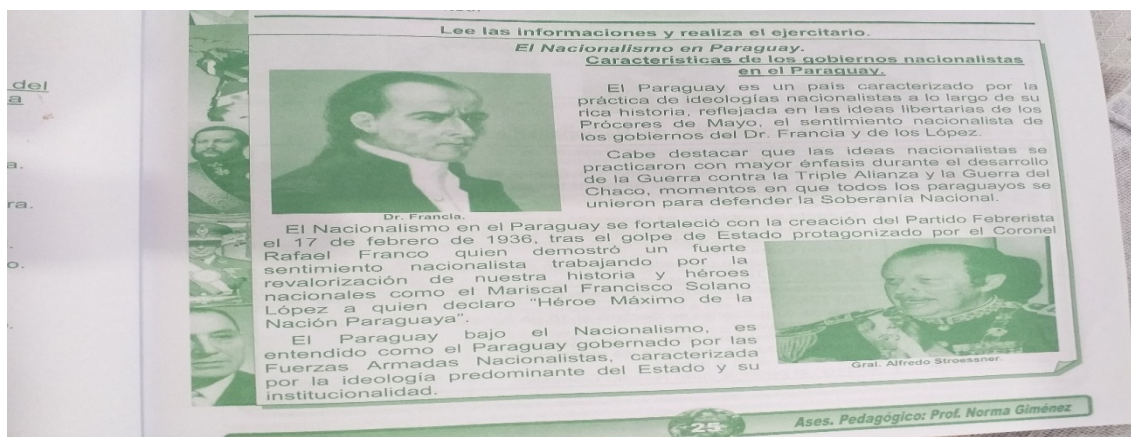
A Junta foi formada então por Dr. Fernando de La Mora a esquerda o qual seria destituído do governo mais adiante por Francia, o Capitão Pedro Juan Cavallero, o qual seria preso por conspiração a partir de 1820, morreria na prisão tirando sua própria vida, Dr. José Gaspar Rodríguez de Francia também na imagem representado com cabelos pretos, referência ao início de sua jornada na política, e o Tenente Coronel Fulgencio Yegros o qual ficou a cargo a Presidência da Junta, mais tarde viria ser também acusado de conspiração em 1820 sendo então fuzilado.

O manual de história e geografia do 3º ano do ensino médio confeccionado no ano de (2010) de escola privada, na sua estrutura se aproxima do anterior com imagens, textos e atividades, são confeccionados pela mesma autora e editora, apenas os conteúdos, que variam, lembrando que são voltados para turmas de anos diferentes.

Contudo nesse do 3º ano, no capítulo um, onde trata sobre a temática “Liberalismo e Nacionalismo”, a imagem de Francia está totalmente relacionada ao Nacionalismo no Paraguai, e o que chama atenção é a imagem do General Alfredo

Stroessner ao lado da sua, além das páginas sequenciais do capítulo trazerem outras personalidades, intelectuais e históricas que apoiaram o nacionalismo paraguaio.

Na imagem abaixo (Figura 8), o texto traz uma narrativa a qual associa a presença do sentimento nacionalista ao longo da história paraguaia, ideias libertárias, nacionalistas que estiveram em voga principalmente durante os eventos da Guerra contra a Tríplice Aliança e a Guerra do Chaco.



Fonte: IBÁNEZ, 2010, p. 25.

Observa-se a partir das narrativas historiográficas que o sentimento nacionalista esteve presente nos processos de independência do Paraguai representado pela imagem de Francia, como nos eventos da guerra contra a Tríplice Aliança que remete a Lopez, e a do Chaco contra a Bolívia. Na imagem acima (Figura 8) vemos uma associação entre a imagem de Francia e Alfredo Stroessner relacionada ao nacionalismo onde se associa aos militares, por mais negativo que uma ditadura seja, o nacionalismo está imbuído no contexto como algo bom que se relaciona a nação, sendo atribuído as instituições militares e seus representantes.

Entretanto observa-se que após os eventos da guerra contra a Tríplice aliança, ocorreu algumas mudanças no modo de pensar e olhar para esse passado, ocasionado com a reestruturação de uma nova política e a influência investida pelos vencedores da guerra.

Segundo Lima (2010), no pós-guerra contra a Tríplice Aliança, os novos representantes políticos, imbuídos do poder governamental, criticavam a imagem de Solano Lopez, chegando a caracteriza-lo como ditador, criminoso, déspota, entre outros adjetivos negativos.

Somou-se a esses eventos um movimento posteriormente por parte de autores liberais, movimento de deslegitimação dos governos anteriores principalmente de figuras como Dr. Francia, Antonio Lopez e Solano Lopez, encabeçado principalmente pelo intelectual Cecílio Baez (1862-1941), entre outros que formavam a geração que ficou conhecida como a geração de “Novecentos” (900)¹⁰. Segundo Lima, (2018), o governo de Francia e os Lopez foram caracterizados como governos “decimonónicos”¹¹.

Sendo assim, Solano López também era apontado como o responsável pelo conflito e por suas consequências devastadoras. Tais desvirtuamentos também se estendiam aos demais governos decimonónicos, de Gaspar Rodríguez de Francia e Carlos Antonio López, por razão da centralização dos poderes estatais e a condição de isolamento político e econômico que teriam caracterizado seus governos. (LIMA, 2018, p. 21).

Em contrapartida em resposta aos ataques de liberais como Cecílio Baez (1862-1941), que criticavam e caracterizavam os governos anteriores como “dicimonónicos”, a defesa do nacionalismo e atribuição aos feitos dos governos antepassados, ficou a cargo do então também intelectual Juan Emilio de O’Leary (1879-1965), colorado, que também fazia parte da geração “novecentista”.

Segundo Lima (2018), o resultado desses embates entre estes intelectuais teria ficado favorável para O’Leary (1879-1965), que buscava reconstruir esse passado com suas narrativas, e de certa forma confortava seus leitores, pois a sociedade buscava se recuperar ainda do trauma da guerra no começo do século XX, procuravam olhar para este passado como um período glorioso, comparando como uma idade de ouro, de bem estar, de bonança, e riqueza, pois ao contrario segundo suas concepções, teria sido seus vizinhos os vencedores que os colocaram em tal situação que se encontravam.

Considerações finais

A história e o ofício do historiador são relevantes na preservação das memórias do passado de sociedades ao longo do tempo e espaço. Nesse sentido, o uso da história também contribui para edificação de sentimentos de identidades nacionais, de

10 Os novecentistas, denominação pelo qual também ficou conhecida esta geração, compreende os nascidos entre 1870 e 1880. Sendo que suas atuações nos campos cultural e intelectual se concretizaram a partir da década de 1900. (LIMA, 2018, p. 22).

11 Dicionário infopédia – 1- oitocentista, do século XIX / 2. pejorativo antiquado fora de moda.

pertencimento, de culto a heróis, que são edificadas ao longo do tempo. Este processo inclui também a produção de esquecimentos, e depende da abordagem do historiador, do período, dos fatos, das memórias, das instituições e espaços de poder.

As narrativas cronológicas, lineares presentes nos manuais didáticos aqui tratados influenciam na formação, preservação e construção das identidades sociais nos espaços escolares. A escola tem na sua origem a função de moldar os alunos desde tenra idade de acordo com programas e políticas educacionais aliado ao currículo, os quais são confeccionados de tempos em tempos e que sofrem influência daqueles que se encontram nos espaços de poder de uma nação e suas instituições.

Nota-se que as narrativas cronológicas/lineares dos manuais didáticos públicos e privados e as narrativas apresentadas segundo Chaves (2010), pessoas que marcaram o período da independência paraguaia, com destaque para a imagem de Francia em silenciamento de outros próceres, ênfase também para datas e fatos relacionados aos períodos de governo, enaltecendo também o nacionalismo.

Nesse sentido entendendo que escola e currículo não são neutros, neste caso o papel da escola aliado ao currículo voltados para o ensino aprendizagem também é fomentar ações com ênfases em práticas educacionais não positivistas, tradicionais onde se cultue narrativas de heróis, personagens políticos, sociais, e não se problematize a história, os fatos.

É necessário também práticas nos espaços escolares com ênfases para novas interpretações, problematizações, com abordagens críticas e reflexivas a partir do uso dos manuais didáticos, que proporcione os alunos a refletirem e pensarem, educando sujeitos críticos/reflexivos, atuantes e não passivos, que se moldam pelo sistema.

Referências Bibliográficas

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo** / Michael W. Apple; tradução Vinicius Figueira. – 3 ed. – Porto Alegre: Artmed, 2006.

AVILA, Salonides José Zanella de, **O Mundo do Trabalho E Educação**. [S.l.], [2016-1018]. <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/> - Acessado: 24/11/2019.

FRUTOS, Julio César. **Actas Del Cabildo De La Asunción (1822-1824)**. Biblioteca del Bicentenario: 1º edición Servilibro, Asunción, 1º de agosto de 2009.

[CHARTIER, Roger, **Defesa E Ilustração da Noção de Representação, Fronteiras, Dourados, MS, v. 13, n. 23, jan./jun. 2011.**](#)

[CHARTIER, Roger. **Rappresentazione della Pratica, Pratica della Rappresentazione. Quaderni Storici, n. 92, ano XXXI, n. 2, p. 487-493, 1996.**](#)

CHAVES, Julio César. **Compendio de Historia Paraguaya**. Intercontinental Editora: Asunción, 2010.

CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo, **Novos domínios da história / organizadores, Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.**

CHOPPIN, Alain, **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte**. Educ. Pesqui. vol.30 nº.3 - São Paulo Set./Dez. - 2004.

GOODSON, Ivor F. **A Construção Social do Currículo**. (Educa Currículo), Lisboa, 1997. – Equipo Editorial. – Asunción: Editorial Atlas, 2017.

EQUIPO EDIOTIAL, **HISTÓRIA Y GEOGRAFIA. Segundo Curso**. – Equipo Editorial. – Asunción: Editorial Atlas, 2017.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa, Currículo, Utopia e Pós Modernidade – In, (org)_____. **Currículo: Questões atuais** – Campinas, SP: Papyrus, 1997. (Coleção Magistério. Formação e Trabalho pedagógico).

IBÁÑEZ, Felisa. **Historia y Geografía**. Recursos Facilitadores de Enseñanza – Aprendizaje, Con Capacidades, Indicadores y Test de Evaluación. Editora Book Sellers. Nemby – Paraguay. 2010.

IBÁÑEZ, Felisa. **História y Geografía**. Recursos Facilitadores de Enseñanza – Aprendizaje, Con Capacidades, Indicadores y Test de Evaluación. Editora Book Sellers. Nemby – Paraguay. 2016.

LIMA, Leticia Consalter de. **Stroessner: biografía, história e propaganda, 1972-1979/**. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos) – Universidade Federal da Intergração Latino Americana – UNILA. Foz do Iguçu, Pr. 2018.

MOREIRA, María Graciela Monte de Lopez, ROMERO, Ana Carolina Reyes, DÁVALOS, Juana. **Historia y Geografía**. 8º. Ministerio de Educación y Cultura – MEC, Viceministerio de Educación. Editorial Don Bosco: Asunción, 2005.

RÜSEN, Jörn. El libro de texto ideal. Reflexiones en torno a los medios para guiar las clases de historia. Iber: **Didáctica de las ciencias sociales**. geografía e historia, v. 4, n. 12, p. 79-93, abril, 1997.

SKINNER, Quentin. **Language, Política e Historia/** Quentin Skinner; con prólogo de: Eduardo Rinsesi – 1a e.d. – Bernal: Univ. Nacional de Quilmes, 2007.

SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos. Acerca do Conceito de Representação, **Revista de Teoria da História**. Ano 3, Número 6, dez/2011. Universidade Federal de Goiás ISSN: 2175-5892.